

24/7
CAPITALISMO
TARDIO E OS FINS
DO SONO/
JONATHAN CRARY/
TRADUÇÃO JOAQUIM TOLEDO JR.

ubu

“A imensa parte de nossas vidas que passamos dormindo, libertos de um atoleiro de carências simuladas, subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do capitalismo.” Com frases assim, Jonathan Crary traça um dos panoramas mais agudos da sociedade em que vivemos. *24/7* é a expressão de um sistema no qual o próprio ser humano é um empecilho à acumulação ilimitada e sem fim, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Nos últimos anos, a aceleração desse processo atingiu uma velocidade e uma abrangência inéditas – tudo parece ter sido colonizado pela lógica da mercadoria, do código genético das espécies (vivas e mortas) à nossa própria necessidade de contato e afeto com os semelhantes.

Segundo o autor, o sono é a última fronteira a ser ultrapassada. Parcela considerável do orçamento de defesa nos Estados Unidos é reservada para pesquisas que visam criar o soldado sem sono, capaz de lutar dias e noites ininterruptos em missões por todo o planeta. Estaríamos a um passo na direção de um trabalhador sem sono ou de um consumidor sem sono. As condições para isso já estão em vigor: a difusão da internet por celulares e tablets avassala nosso cotidiano e não é incomum que pessoas acordem de madrugada para checar mensagens.

Contudo, a expressão “fins do sono”, estampada no subtítulo, tem aqui um duplo sentido. Significa, em primeiro lugar, um final, uma baixa nas condições do próprio ciclo vital em um mundo cujo ritmo de trabalho é cada vez mais precarizado. A tão louvada flexibilidade na esfera produtiva – ponto-chave do receituário neoliberal – é na verdade um enredamento mais cerrado na lógica do

sistema. O poder imantador dos argumentos de Crary é enorme: as milhões de conversas no Facebook podem estar relacionadas a técnicas de tortura em solitárias de Guantánamo. Acidentes ecológicos como o vazamento de gás da Union Carbide, em Bhopal, na Índia, matando milhares de pessoas enquanto dormiam, ganham um sentido premonitório.

A segunda acepção de “fins” diz respeito a finalidade. E aqui o autor evoca uma série de pensadores e artistas que consideram a dimensão do sono e do sonhar como uma reserva físico-simbólica que aponta para mundos diferentes e melhores. Schopenhauer, Marx, Mauss, Benjamin, Hannah Arendt, Sartre, Foucault, Guattari, Deleuze e Guy Debord, entre outros, fazem parte da constelação crítica de *24/7*, mas não tornam o livro um tratado sobrecarregado de referências. O andamento da prosa é ensaístico – para Adorno, a forma crítica mais adequada para despertar a sensibilidade ao presente. Por isso o constante recurso ao poder de fogo da arte moderna. Figuras como Paul Valéry e o surrealista André Breton, obras como *O castelo* e *A construção*, de Kafka, além de filmes como *Elogio ao amor*, de Godard, *Solaris*, de Tarkóvski, e *Blade Runner*, de Ridley Scott são pontos altos nas análises de Crary.

Por tudo isso, *24/7* é um dos melhores diagnósticos do mundo contemporâneo.

TRADUÇÃO Joaquim Toledo Jr.

Quem já viveu na costa oeste da América do Norte deve saber que, em função das estações, todo ano centenas de espécies de pássaros migram para o Norte e para o Sul, perfazendo distâncias variadas ao longo da plataforma continental. O pardal de coroa branca é uma dessas espécies. No outono, eles voam do Alasca até o norte do México; na primavera, voltam para o Norte. Diferentemente da maioria dos outros pássaros, esse pardal tem a capacidade extraordinária de permanecer acordado por até sete dias durante as migrações, o que lhes permite voar e navegar de noite, e procurar por alimento de dia, sem descansar. Nos últimos cinco anos, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos gastou uma expressiva soma de dinheiro para estudar essas criaturas. Com recursos do governo, pesquisadores de diversas universidades, notadamente em Madison, no estado de Wisconsin, têm investigado a atividade cerebral desses pássaros durante os longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos aplicáveis aos seres humanos e descobrir como as pessoas poderiam ficar sem dormir e funcionar produtiva e eficientemente.

O objetivo inicial é tão somente a criação de um soldado que não durma – e o estudo dos pardais de coroa branca é só uma fração de um amplo esforço militar para obter algum controle, mesmo que limitado, sobre o sono humano. Por iniciativa da Darpa (Defense Advanced Research Projects Agency) – divisão de pesquisas avançadas do Pentágono –, diversos laboratórios estão conduzindo testes experimentais de técnicas de privação de sono, recorrendo a substâncias neuroquímicas, terapia genética e estimulação

CAPÍTULO UM

magnética transcraniana. O objetivo de curto prazo consiste em desenvolver métodos que permitam a um combatente ficar pelo menos sete dias sem dormir, e, no longo prazo, a ideia é duplicar esse período, preservando níveis altos de desempenho mental e físico. Os atuais meios de indução à insônia têm apresentado preocupantes déficits cognitivos e psíquicos (a diminuição da atenção, por exemplo), como ocorreu com o uso difundido de anfetaminas em grande parte das guerras do século xx, e, mais recentemente, de medicamentos como o Provigil (modafinil). Agora, em vez de investigar formas de estimular a vigília, a ciência pretende reduzir a *necessidade* de sono do corpo.

Por mais de duas décadas, a lógica estratégica do planejamento militar dos Estados Unidos tem procurado remover a presença do indivíduo de algumas etapas do circuito de comando, controle e execução. Gastam-se incontáveis bilhões de dólares em sistemas de mira e assassinato robóticos e de operação remota, com resultados desanimadores, como é sabido, no Paquistão, no Afeganistão e em outros lugares. Apesar das inúmeras reivindicações por novos paradigmas de material bélico, e ainda que os analistas militares com frequência imputem ao agente humano o fracasso de operações avançadas, a necessidade militar de grandes contingentes humanos não vai diminuir no futuro próximo.

Devem-se entender os estudos sobre privação de sono no contexto de uma busca por soldados cujas capacidades físicas se aproximarão cada vez mais da eficácia de aparatos e redes não humanos. O complexo científico-militar vem se dedicando à pesquisa de formas de “cognição ampliada” que prometem aprimorar a interação entre homem e máquina. Simultaneamente, as Forças

Armadas têm financiado diversas outras áreas de investigação do cérebro, bancando inclusive o desenvolvimento de

uma droga contra o medo. Haverá ocasiões em que, por exemplo, drones armados com mísseis não poderão ser empregados, e esquadrões da morte de soldados resistentes ao sono e à prova de medo serão necessários para missões de duração indefinida. Como parte desses esforços, o experimento com os pardais de coroa branca – apartados dos ritmos sazonais do meio ambiente da costa do Pacífico – deve auxiliar o projeto de impor ao corpo humano um modelo de máquina eficaz e resistente. A história mostra que inovações relacionadas à guerra são inevitavelmente assimiladas na esfera social mais ampla, e o soldado sem sono seria o precursor do trabalhador ou do consumidor sem sono. Produtos contra o sono, após agressiva campanha de marketing das empresas farmacêuticas, iriam se tornar uma opção de estilo de vida – e depois, para muitos, uma necessidade.

Mercados atuando em regime de 24/7 – 24 horas por sete dias na semana – e infraestrutura global para o trabalho e o consumo contínuos existem há algum tempo, mas agora é o homem que está sendo usado como cobaia para o perfeito funcionamento da engrenagem.

No fim dos anos 1990, um consórcio espacial russo-europeu anunciou que construiria e lançaria satélites que refletiriam a luz do Sol para a Terra. O esquema previa colocar em órbita uma cadeia de satélites, sincronizados com o Sol, a uma altitude de 1700 quilômetros, cada um deles equipado com refletores parabólicos retráteis, da espessura de uma folha de papel. Quando completamente abertos, cada satélite-espelho, com duzentos metros de diâmetro, teria a capacidade de iluminar uma área da Terra de 25 quilômetros quadrados, com uma luminosidade

dade quase cem vezes maior do que a da Lua. Em princípio, o projeto visava fornecer iluminação para a exploração industrial de recursos naturais em regiões remotas com longas noites polares, na Sibéria e no leste da Rússia, permitindo atividade ao ar livre, noite e dia. Mas o consórcio acabou expandindo seus planos para a possibilidade de oferecer iluminação noturna a inteiras regiões metropolitanas. Calculando que se reduziriam os custos de energia da iluminação elétrica, o slogan da empresa era “Luz do dia a noite toda”.

A oposição ao projeto surgiu de imediato e de diversas frentes. Astrônomos temeram os efeitos nefastos da observação espacial a partir da Terra. Cientistas e ambientalistas apontaram consequências fisiológicas prejudiciais tanto aos animais quanto aos humanos, uma vez que a ausência de alternância regular entre dia e noite interromperia vários padrões metabólicos, inclusive o sono. Associações culturais e humanitárias também protestaram, alegando que o céu noturno é um bem comum ao qual toda a humanidade tem direito, e que desfrutar da escuridão da noite e observar as estrelas é um direito humano básico que nenhuma empresa pode eliminar. De qualquer modo, direito ou privilégio, ele já está sendo violado para mais da metade da população do planeta, em cidades que estão permanentemente envoltas na penumbra da poluição e da intensa iluminação.

Defensores do projeto, todavia, afirmaram que tal tecnologia diminuiria o uso noturno de eletricidade e que a perda da noite e de sua escuridão seria um preço razoável, considerando-se a redução do consumo global de energia. Seja como for, esse empreendimento, ao fim inviável, ilustra o imaginário contemporâneo, para o qual um estado de iluminação contínua é inseparável da ininterrupta operação de troca e circulação globais. Em seus

excessos empresariais, o projeto é uma expressão hiperbólica de uma intolerância institucional a tudo que obscureça ou impeça uma situação de visibilidade instrumentalizada e constante.

Desde 2001, a privação de sono tem sido uma prática de tortura aplicada a vítimas de custódia extrajudicial e a outros presos. Foram amplamente divulgadas as circunstâncias em que um dos detidos em particular, Mohammed al-Qahtani, se viu envolvido, ainda que não fossem muito diferentes do tratamento recebido por centenas de outros detidos cujos casos não foram tão bem documentados. Al-Qahtani foi torturado, de acordo com as especificações do que é agora conhecido como o Primeiro Plano de Interrogatório Especial do Pentágono, autorizado por Donald Rumsfeld. Praticamente privado de sono durante os dois meses em que foi submetido a sessões de interrogatório que chegavam a durar vinte horas, ele ficou confinado em cubículos onde não podia deitar, iluminados com fortes lâmpadas e equipados com alto-falantes que emitiam uma música muito alta. A comunidade de inteligência das Forças Armadas se referia a essas prisões como *dark sites* [locais escuros], ainda que um dos lugares em que Al-Qahtani esteve encarcerado tenha recebido o codinome *camp bright lights* [campo de luzes intensas]. Certamente, não foi a primeira vez que norte-americanos ou seus colaboradores se valeram da privação de sono. De certo modo, é equivocado realçar a técnica – para Mohammed al-Qahtani e muitos outros, a supressão do sono era apenas parte de um programa maior de espancamentos, humilhações, reclusão prolongada e simulações de afogamento. Muitos desses “programas” para prisioneiros extrajudiciais eram elaborados sob me-

dida por psicólogos que, integrando equipes de consultoria de ciência do comportamento, empenhavam-se em explorar vulnerabilidades emocionais e físicas de cada detento.

A privação de sono como forma de tortura é aplicada há muitos séculos, mas seu uso sistemático coincide historicamente com a disponibilidade de luz elétrica e a facilidade para amplificar o som de modo contínuo. Utilizada rotineiramente pela polícia de Stálin nos anos 1930, em geral era a primeira etapa do que os torturadores da NKVD [Comissariado do Povo para Assuntos Internos] chamavam de “esteira rolante” – a sequência ordenada de brutalidades, da violência gratuita que danifica irreparavelmente os seres humanos. Em experimentos, ratos morrem depois de três semanas de insônia. Em humanos, basta um período relativamente curto para tal prática induzir à psicose; após algumas semanas, surgem danos neurológicos. A falta de sono acarreta um estado de extremo desamparo e submissão – é impossível extrair informações relevantes da vítima, que confessará ou inventará qualquer coisa. A negação do sono é uma desapropriação violenta do eu por forças externas, é o aniquilamento calculado de um indivíduo.

Sabe-se que os Estados Unidos estão envolvidos há tempos na prática de tortura, diretamente ou por meio de governos fantoches. O período pós-11 de Setembro, porém, notabilizou-se pela naturalidade com que se escancarou a prática, tida como apenas um dentre outros procedimentos. Pesquisas de opinião revelam que a maioria da população norte-americana aprova a sevícia em algumas circunstâncias. As discussões na grande imprensa são unânimes em não qualificar como tortura a privação de sono; ao contrário, considera-se uma forma de persuasão psicológica tão aceitável quanto a alimentação forçada

de prisioneiros em greve de fome. Jane Mayer relatou em seu livro *The Dark Side* que o Pentágono justificava cinicamente a privação de sono, alegando que soldados da divisão de elite Seals da Marinha eram obrigados a participar de missões simuladas nas quais passavam dois dias sem dormir.¹ Vale lembrar que o tratamento dos assim chamados prisioneiros de “alto interesse” em Guantánamo e em outros lugares combinava métodos explícitos de tortura com controle absoluto sobre a experiência sensorial e perceptiva. Os detentos, encarcerados em celas permanentemente iluminadas, sem janelas, eram obrigados a usar vendas nos olhos e tampões nos ouvidos. Assim, luz e som estavam sempre bloqueados quando os indivíduos eram conduzidos para fora, de modo a impedir que soubessem se era dia ou noite, ou que pudessem discernir algo que identificasse seu paradeiro. Esse regime de privação sensorial muitas vezes se estende ao contato rotineiro entre prisioneiros e guardas – estes estão sempre paramentados, de luvas e capacete com visores espelhados de acrílico, impossibilitando que se lhes veja o rosto ou mesmo um pedaço de pele. São técnicas e procedimentos pensados para induzir a estados abjetos de submissão, e uma das instâncias desse processo é a fabricação de um mundo que exclui radicalmente a possibilidade de cuidado, atenção ou consolo.

Tal constelação de eventos recentes pode nos servir de prisma para entender algumas das consequências da globalização do neoliberalismo e dos processos a longo prazo da modernização ocidental. Longe de atribuir a esse conjunto de fatos um significado explicativo em particular, procuro tomá-lo

¹ Jane Mayer, *The Dark Side*. Nova York: Doubleday, 2008, p. 206.

como acesso temporário a alguns dos paradoxos de um mundo onde o capitalismo do século XXI conhece uma expansão ilimitada – paradoxos que são inseparáveis das configurações intermitentes que revestem sono e vigília, luminosidade e escuridão, justiça e terror, e das formas de exposição, desamparo e vulnerabilidade. Pode-se contestar que eu tenha privilegiado fenômenos excepcionais ou extremos; ainda assim, tais fenômenos não estão desvinculados do que hoje, em qualquer lugar, rege certas trajetórias e condições de vida. Por exemplo, a inscrição generalizada da vida humana na duração sem descanso, definida por um princípio de funcionamento contínuo. É um tempo que não passa mais, apartado do relógio.

Para além da vacuidade do slogan, a expressão 24/7 é uma redundância estática que desautoriza qualquer imbricação com as tessituras rítmicas e periódicas da vida humana. Evoca um esquema arbitrário e inflexível de uma semana de duração, esvaziado de quaisquer desdobramentos de experiências, cumulativas ou não. Dizer “24/365”, por exemplo, não é a mesma coisa, pois a expressão sugere, ainda que de modo arresado, uma temporalidade estendida ao longo da qual algo pode de fato mudar, eventos inesperados podem ocorrer. Como já mencionei, muitas instituições no mundo desenvolvido funcionam há décadas em regime 24/7. Mas só recentemente a elaboração, a configuração da identidade pessoal e social foi reorganizada para ficar conforme à operação ininterrupta de mercados, às redes de informação e outros sistemas. Um ambiente 24/7 aparenta ser um mundo social, mas na verdade é um modelo não social, com desempenho de máquina – e uma suspensão da vida que não revela o custo humano exigido para sustentar sua eficácia. Deve ser distinguido do que Lukács e

outros no início do século XX identificaram como o tempo vazio e homogêneo da modernidade, o tempo do calendário ou linear dos países, do mercado financeiro ou da indústria, do qual tanto a esperança como os projetos individuais estavam excluídos. A novidade está na renúncia absoluta à pretensão de que o tempo possa estar acoplado a quaisquer tarefas de longo prazo, inclusive fantasias de “progresso” ou desenvolvimento. Um mundo sem sombras, iluminado 24/7, é a miragem capitalista final da pós-história – do exorcismo da alteridade, que é o motor de toda mudança histórica.

O tempo 24/7 é um tempo de indiferença, ao qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e onde o sono não é necessário nem inevitável. Em relação ao trabalho, torna plausível, até normal, a ideia do trabalho sem pausa, sem limites. É um tempo alinhado com as coisas inanimadas, inertes ou atemporais. Como slogan publicitário, institui a disponibilidade absoluta – e, portanto, um estado de necessidades ininterruptas, sempre encorajadas e nunca aplacadas. A ausência de restrições ao consumo não é simplesmente temporal. Foi-se a época em que a acumulação era, acima de tudo, de coisas. Agora nossos corpos e identidades assimilam uma superabundância de serviços, imagens, procedimentos e produtos químicos em nível tóxico e muitas vezes fatal. A sobrevivência do indivíduo, a longo prazo, é sempre dispensável, se para tanto seja preciso contar, mesmo que indiretamente, com a possibilidade de interregnos sem compras ou sem o fomento delas. Da mesma forma, o imperativo 24/7 é inseparável da catástrofe ambiental, em sua exigência de gasto permanente e desperdício sem fim, e na interrupção fatal dos ciclos e estações dos quais depende a integridade ecológica do planeta.

Em sua profunda inutilidade e intrínseca passividade, com perdas incalculáveis para o tempo produtivo, a circulação e o consumo, o sono estará sempre a contrapelo das demandas de um universo 24/7. O fato de passarmos dormindo um bom período da vida, libertos de um atoleiro de carências simuladas, subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do capitalismo contemporâneo. O sono é um hiato incontornável no roubo de tempo a que o capitalismo nos submete. A maior parte das necessidades aparentemente irreduzíveis da vida humana – fome, sede, desejo sexual e, recentemente, a necessidade de amizade – se transformou em mercadoria ou investimento. O sono afirma a ideia de uma necessidade humana e de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo monolítico de lucratividade, e desse modo permanece uma anomalia incongruente e um foco de crise no presente global. Apesar de todas as pesquisas científicas, frustra e confunde qualquer estratégia para explorá-lo ou redefini-lo. A verdade chocante, inconcebível, é que nenhum valor pode ser extraído do sono.

Dada a dimensão do que está economicamente em jogo, não surpreende que se encontre em curso uma corrosão generalizada do sono. Ao longo do século xx houve incursões regulares contra o tempo de sono – o adulto norte-americano médio dorme hoje cerca de seis horas e meia por noite, uma redução do patamar de oito horas da geração anterior e, por incrível que pareça, de dez horas do começo do século xx. Em meados do século passado, a proverbial afirmação de que “passamos um terço de nossas vidas dormindo” parecia uma certeza axiomática – uma certeza que vem sendo sistematicamente minada. O sono é o lembrete, tão ubíquo quanto despercebido,

de uma pré-modernidade jamais completamente superada, um vestígio do universo agrícola que começou a desaparecer há quatrocentos anos. O escândalo do sono é o enraizamento em nossas vidas das oscilações rítmicas de luz solar e escuridão, de atividade e descanso, de trabalho e recuperação – erradicadas ou neutralizadas em outros âmbitos. É evidente que o sono possui uma história densa, assim como tudo que é supostamente natural. Ao longo de séculos e milênios assumiu diversas formas e padrões, jamais foi um estado monolítico ou imutável. Nos anos 1930, Marcel Mauss incluiu tanto o sono quanto a vigília em seu estudo de “técnicas corporais”, no qual mostrou que comportamentos aparentemente instintivos eram na verdade aprendidos de diversas maneiras por imitação ou educação. No entanto, ainda assim é possível supor que houvesse características comuns do sono na enorme diversidade de sociedades agrárias pré-modernas.

Em meados do século xvii, o sono se despreendeu da posição estável que ocupara nas concepções aristotélicas e renascentistas, hoje obsoletas. Sua incompatibilidade com modernas noções de produtividade e racionalidade passou a ser notada, e Descartes, Hume e Locke foram apenas alguns dos filósofos que desprezavam o sono por sua irrelevância para o funcionamento da mente e para a busca de conhecimento. Foi desvalorizado em face do privilégio conferido à consciência e à vontade, a noções de utilidade, objetividade e ações em interesse próprio. Para Locke, o sono era uma lamentável, ainda que inevitável, interrupção das prioridades que Deus estabeleceu para os seres humanos: a industriiosidade e a racionalidade. No primeiro parágrafo de seu *Tratado da natureza humana*, Hume compara o sono à febre e à loucura – é um dos obstáculos ao conhe-

cimento. Em meados do século XIX, a relação assimétrica entre sono e vigília passou a ser caracterizada segundo modelos hierárquicos nos quais o primeiro era tratado como uma regressão a um modo inferior e mais primitivo, no qual era inibida a atividade cerebral supostamente superior e mais complexa. Schopenhauer é um dos raros pensadores que viraram essa hierarquia contra si mesma e afirmaram que apenas no sono é possível encontrar “o verdadeiro cerne” da existência humana.

Em muitos aspectos, o status incerto do sono está relacionado à dinâmica particular da modernidade, que invalida qualquer organização da realidade fundada em conceitos binários complementares. A força homogeneizadora do capitalismo é incompatível com qualquer estrutura inerente de diferenciação: sagrado-profano, carnaval-dia útil, natureza-cultura, máquina-organismo e por aí vai. Assim, tornam-se inaceitáveis quaisquer reminiscências do sono como algo de certa forma “natural”. As pessoas continuarão a dormir, é claro, e mesmo nas megálópoles em expansão haverá intervalos noturnos de relativo sossego. No entanto, o sono é agora uma experiência desvinculada de ideias de necessidade e natureza. Ao contrário, e como tantas outras coisas, é tratado como uma função variável, mas controlada, que só pode ser definida em termos instrumentais e fisiológicos. Pesquisas recentes mostram que cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para consultar mensagens ou acessar seus dados. Existe uma expressão recorrente e aparentemente inócua, inspirada nas máquinas: o *sleep mode*. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade e acesso. Ela supera a lógica

do desligado/ligado, de maneira que nada está de fato “desligado” e nunca há um estado real de repouso.

O sono é uma afirmação irracional e intolerável de que não é irrestrita a compatibilidade de seres vivos com as forças supostamente irresistíveis da modernização. Um dos conhecidos truísmos do pensamento crítico contemporâneo é que não existem características naturais inalteráveis – nem mesmo a morte, segundo aqueles que preveem que em breve estaremos transferindo os dados de nossa mente para uma forma digital de imortalidade. Acreditar que existam traços essenciais que distinguem seres vivos de máquinas é, dizem-nos críticos célebres, ingênuo e delirante. Por que alguém protestaria, pode-se argumentar, se novas drogas nos permitissem trabalhar por cem horas seguidas? Períodos de sono mais flexíveis e reduzidos não possibilitariam uma liberdade pessoal maior e a organização da própria vida de acordo com necessidades e desejos individuais? Menos sono não permitiria mais oportunidades de “viver a vida ao máximo”? Alguém poderia contestar que os seres humanos foram feitos para dormir à noite, que nossos corpos estão alinhados com a rotação diária do planeta e que comportamentos que reagem às estações e à luz do Sol existem na maioria dos organismos vivos. A resposta provavelmente seria: isso é uma bobagem *new age* perniciosa, ou pior, uma nefasta nostalgia por certo retorno heideggeriano à terra. No paradigma neoliberal globalista, dormir é, acima de tudo, para os fracos.

No século XIX, após os piores abusos no trato dos trabalhadores durante a industrialização europeia, os administradores das fábricas se deram conta de que seria mais lucrativo oferecer aos empregados módicas horas de descanso a fim

de torná-los produtores mais eficazes e sustentáveis no longo prazo, como mostrou Anson Rabinbach em seu estudo sobre a ciência da fadiga. Mas nas últimas décadas do século xx e até o presente, com o colapso de formas controladas ou mitigadas de capitalismo nos Estados Unidos e na Europa, desapareceu a necessidade interna de repouso e recuperação enquanto componentes do crescimento econômico e da lucratividade. O tempo para descanso e regeneração dos seres humanos é caro demais, não é estruturalmente possível no capitalismo contemporâneo. Teresa Brennan cunhou o termo *biodesregulamentação* para descrever as discrepâncias brutais entre o funcionamento temporal de mercados desregulamentados e as limitações físicas intrínsecas aos seres humanos obrigados a se conformar a essas demandas.²

O declínio no valor de longo prazo do trabalho vivo não faz do repouso ou da saúde prioridades econômicas, como mostram recentes debates a respeito de políticas de saúde. Hoje são raros os momentos significativos na existência humana (com a exceção do sono) que não tenham sido permeados ou apropriados pelo tempo de trabalho, pelo consumo ou pelo marketing. Em sua análise do capitalismo contemporâneo, Luc Boltanski e Ève Chiapello salientaram o conjunto de forças que valorizam o sujeito constantemente envolvido, operando, interagindo, comunicando, reagindo ou processando em algum meio telemático. Em regiões afluentes do planeta, dizem os autores, isso ocorreu em meio à dissolução de grande parte das fronteiras entre tempo privado e profissional, entre trabalho e consumo. Nesse paradigma de conexão permanente, o maior prêmio é conferido à atividade em si mesma,

2 Teresa Brennan, *Globalization and its Terrors: Daily Life in the West*. Londres/Nova York: Routledge, 2003, pp. 19-22.

“estar sempre fazendo algo, movimentar, mudar – é isso o que confere prestígio, em oposição à estabilidade, que é muitas vezes sinônimo de inação”.³ Tal modelo de atividade não é uma transformação do paradigma anterior da ética do trabalho, mas um modelo de normatividade completamente novo, cuja realização demanda temporalidades do tipo 24/7.

Voltemos brevemente ao projeto dos satélites. Colocar na órbita terrestre enormes refletores de luz solar que eliminariam a escuridão da noite tem algo de bizarro, parece resquício de algum projeto de tecnologia tosca, mecânica, saído dos livros de Júlio Verne ou da ficção científica do começo do século xx. Na verdade, as primeiras tentativas de lançamento fracassaram – em uma ocasião, os refletores não abriram corretamente, e em outra a presença de densas nuvens sobre a cidade escolhida para o teste impediu uma demonstração convincente de seu potencial. As ambições por trás de um programa como esse nos trazem à mente todo um conjunto de práticas panópticas desenvolvidas nos últimos duzentos anos. Isto é, remetem à importância da iluminação no modelo original do Panóptico de Jeremy Bentham, que propunha inundar de luzes os espaços a fim de suprimir as sombras e criar condições de controle graças à visibilidade completa. Mas por décadas outros tipos de satélites realizaram, com procedimentos bem mais sofisticados, essas operações de vigilância e coleta de informação. Um panopticismo modernizado se expandiu muito além das ondas visíveis de luz, em direção a outras regiões do espectro, para não mencionar os diversos tipos de escâneres não óticos e sensores térmicos e biológicos. Talvez o projeto do saté-

3 Luc Boltanski e Ève Chiapello, *The New Spirit of Capitalism*. Londres: Verso, p. 155 [ed. bras.: *O novo espírito do capitalismo*, trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 193].

Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais acompanham a questão do sono – na reciprocidade entre vulnerabilidade e confiança, entre exposição e proteção. A guarda de outros é crucial para a despreocupação revigorante do sono, para um intervalo de tempo no qual se está livre de temores, e para um temporário “esquecimento do mal”.¹⁰ À medida que se intensifica a corrosão do sono, pode-se compreender melhor como a solicitude essencial em relação àquele que dorme não difere, em termos qualitativos, da proteção exigida por formas mais imediatamente óbvias e agudas de sofrimento social.

¹⁰ Roland Barthes, *The Neutral*, trad. Rosalind E. Krauss e Denis Hollier. Nova York: Columbia University Press, 2005, p. 37 [ed. bras.: *O neutro*, trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins, 2003, p. 82].



24/7 anuncia um tempo sem tempo, um tempo sem demarcação material ou identificável, sem sequência nem recorrência. Implacavelmente redutor, celebra a alucinação da presença, de uma permanência inalterável, composta de operações incessantes e automáticas. Inscreve-se num momento em que a vida comum se transformou em objeto da técnica. Também repercute, indireta mas poderosamente, como uma intimação, como o que alguns teóricos chamam de “palavra de ordem”. Deleuze e Guattari descrevem *le mot d’ordre* como uma ordem, um comando – uma instrumentalização da linguagem que tem como objetivo preservar ou criar a realidade social, e cujo efeito, ao fim, é gerar medo.¹ A despeito de sua falta de substância e de sua abstração – afinal é um slogan –, o caráter inexorável do 24/7 repousa em sua temporalidade impossível. É sempre uma reprimenda e uma depreciação da fraqueza e da inadequação do tempo humano, com suas tessituras confusas e irregulares. Ele solapa a relevância e o valor de qualquer intervalo ou variação. As loas ao acesso contínuo mascaram o fim da periodicidade que por milênios deu forma à vida da maioria das

¹ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *A Thousand Plateaus*, trad. Brian Massumi. Minneapolis: Minnesota University Press, 1987, pp. 107-09 [ed. bras.: *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995, pp. 58-60].

culturas: o ritmo diário de acordar e dormir, e as alternâncias mais longas entre dias de trabalho e dias de devoção ou descanso, que para os habitantes da Mesopotâmia, hebreus antigos e outros resultou numa semana de sete dias. Em outras culturas antigas, em Roma e no Egito, havia semanas de oito e dez dias, organizadas em função da feira

CAPÍTULO DOIS

e das fases da lua. O fim de semana é o resíduo moderno desses sistemas antigos, mas até essa marca de distinção temporal é corroída pela imposição da homogeneidade 24/7. É claro que essas distinções anteriores (dias da semana, feriados, descansos sazonais) persistem, mas seu sentido e legibilidade estão sendo abalados pela monótona indistinção da temporalidade 24/7.

Ainda que o 24/7 possa ser provisoriamente caracterizado como uma palavra de ordem, sua força não vem da exigência a uma obediência efetiva ou da submissão a sua natureza incontestável. Sua eficácia reside mais na incompatibilidade que desvela, na discrepância entre um “mundo da vida” humano e a evocação de um universo aceso, cujas tomadas se perderam. É claro que ninguém pode fazer compras, jogar games, trabalhar, escrever no blog, fazer downloads ou enviar mensagens de texto num regime 24/7. No entanto, uma vez que não existe momento, lugar ou situação na qual *não* podemos fazer compras, consumir ou explorar recursos da rede, o não tempo 24/7 se insinua incessantemente em todos os aspectos da vida social e pessoal. Já não existem, por exemplo, circunstâncias que *não* podem ser gravadas ou arquivadas em imagens ou informações digitais. A disseminação e a adoção de tecnologias *wireless*, que aniquilam a unicidade dos lugares e dos acontecimentos, é simplesmente um efeito colateral de novas exigências institucionais. Ao espoliar as tessituras complexas e as indeterminações do tempo humano, o 24/7 nos incita a uma identificação insustentável e autodestrutiva com suas exigências fantasmagóricas; ele solicita um investimento sem prazo, mas sempre incompleto, nos diversos produtos que facilitam essa identificação. Se não elimina experiências externas a ele ou dele independentes, certamente as empobrece e as diminui.

Exemplos do impacto de dispositivos e aparelhos nas formas de sociabilidade de pequena escala (refeições, conversas ou salas de aula) talvez tenham se tornado lugares-comuns, mas o dano cumulativo é, ainda assim, considerável. Habitamos um mundo onde a antiga ideia de experiência compartilhada está se atrofiando, e ao mesmo tempo as gratificações ou recompensas prometidas pelas opções tecnológicas mais recentes jamais serão alcançadas. Apesar das declarações onipresentes da compatibilidade, ou mesmo harmonia, entre o tempo humano e as temporalidades dos sistemas em rede, disjunções, fraturas e desequilíbrio contínuo compõem a experiência real dessas relações.

Deleuze e Guattari comparam a palavra de ordem a uma “sentença de morte”. Histórica e retoricamente, a comparação talvez esclareça seu sentido original, mas um juízo assim enunciado continua a operar dentro de um sistema no qual o poder é exercido sobre os corpos. Eles também notam que uma palavra de ordem é tanto um “grito de alerta [quanto] um chamado à fuga”. E essa dualidade também se encontra no 24/7, anunciando sua absoluta incompatibilidade com a vida. Se, por um lado, o 24/7 incita o indivíduo a adquirir, ter, ganhar, desejar ardentemente, desperdiçar e desprezar, por outro se entremeia a mecanismos de controle que tornam supérfluo e impotente o sujeito submetido a suas demandas. Ao externalizar o indivíduo, transforma-o em objeto de escrutínio e regulação ininterruptos, o que se coaduna perfeitamente com a organização do terror estatal e com o paradigma militar-policial da dominância absoluta.

Para dar um exemplo, o emprego de mísseis drones não tripulados expandiu-se graças a um sistema de coleta de informações que a aeronáutica norte-americana chama de

Operação Olhar de Górgona (Operation Gorgon Stare). É um conjunto de meios de vigilância e de análise de dados que “vê” no modo 24/7 o tempo todo, sem nunca piscar, seja de dia, seja de noite, independentemente das condições climáticas, numa letalidade que desconsidera as especificidades de seus alvos. O terror 24/7 se evidencia não só nos ataques de drones, mas também nas incursões noturnas de forças especiais, primeiro no Iraque e agora no Afeganistão e em outros lugares. Dotadas das informações logísticas fornecidas pelo sistema de satélites do Olhar de Górgona, equipadas com aparelhos de visão noturna sofisticados e surgindo sem aviso prévio em helicópteros furtivos e silenciosos, equipes norte-americanas realizam ataques noturnos em vilas e assentamentos com o objetivo declarado de assassinato seletivo. Os drones e as incursões noturnas suscitaram uma fúria descomunal entre a população afegã, não apenas por suas consequências mortíferas, como pelo aniquilamento calculado do tempo noturno. A destruição do intervalo comunitariamente compartilhado de sono e restauração, no contexto das culturas tribais do Afeganistão – substituído por um estado permanente e inescapável de medo –, integra objetivos estratégicos mais gerais. Como em Abu Ghraib e em Guantánamo, mas em maior escala, aplicam-se técnicas psicológicas que, por meio de formas mecanizadas de terror, se aproveitam da vulnerabilidade do sono e dos padrões sociais que o mantêm.

Ainda que eu tenha recorrido a uma série de imagens de iluminação perpétua para caracterizar o 24/7, elas não nos são muito úteis se tomadas ao pé da letra, uma vez que o 24/7 denota tanto a destruição do dia quanto da escuridão e da obscuridade. Ao devastar toda condição de luminosidade, exceto as funcionais, o 24/7 participa de um imenso processo

de incapacitação da experiência visual. Ele corresponde a um campo onipresente de operações e expectativas a que estamos expostos e no qual a atividade ótica individual é transformada em objeto de observação e administração. Nesse campo, não temos mais acesso à contingência e à variabilidade do mundo visível. As mudanças recentes mais importantes dizem menos respeito às formas mecanizadas de visualização do que à desintegração da capacidade humana de ver, em especial da habilidade de associar identificação visual a avaliações éticas e sociais. Com uma oferta infinita e perpetuamente disponível de solicitações e atrações, o 24/7 incapacita a visão, por meio de processos de homogeneização, redundância e aceleração. Apesar de afirmações em contrário, assistimos à diminuição das capacidades mentais e perceptivas em vez de sua expansão e modulação. A situação hoje é comparável ao clarão da iluminação de alta intensidade ou à névoa cerrada, nos quais a ausência de variações tonais não nos permite fazer distinções perceptivas e nos orientar em função de temporalidades compartilhadas. O clarão, nesse caso, não é o brilho literal, mas a estridência ininterrupta do estímulo monótono, no qual é congelada ou neutralizada uma extensa gama de capacidades reativas.

Em *Elogio do amor* (2001), de Jean-Luc Godard, uma voz em off pergunta: “Quando o olhar entrou em crise?” (“Quand est-ce que le regard a basculé?”), e procura uma resposta possível com outra questão: “Terá sido dez, quinze ou mesmo cinquenta anos atrás, antes da televisão?”. Não há resposta à vista, uma vez que, nesse e em outros filmes recentes, Godard deixa claro que a crise do observador e da imagem é de ordem cumulativa, com raízes históricas sobrepostas, independentemente de quaisquer tecnologias específicas. *Elogio do amor* é uma 43

meditação sobre memória, resistência e responsabilidade entre gerações, e no filme o diretor mostra que houve uma mudança fundamental na maneira como vemos – ou deixamos de ver – o mundo. Tal decadência, diz ele, se deve em parte a uma relação problemática com o passado e com a memória. Embora imersos em imagens e informações a respeito do passado e suas catástrofes recentes, somos cada vez mais incapazes de lidar com esses vestígios de um modo que nos permitiria superá-los em nome de um futuro compartilhado. Em meio à amnésia coletiva instigada pela cultura do capitalismo global, as imagens se tornaram um dos muitos elementos esvaziados e descartáveis que, por serem arquiváveis, jamais são jogados fora, contribuindo para um presente cada vez mais congelado e desprovido de futuro. Às vezes Godard parece depositar sua esperança na possibilidade de produzir imagens absolutamente inúteis para o capitalismo; porém, como qualquer um, ele não aposta na imunidade dessas imagens: elas sempre podem ser reapropriadas e neutralizadas.

Um dos clichês mais disseminados quando se discute a cultura tecnológica contemporânea é que teria ocorrido um deslocamento histórico num intervalo de tempo relativamente curto, no qual novas tecnologias de informação e comunicação teriam suplantado todo um conjunto de formas culturais mais antigas. Essa ruptura histórica é descrita e teorizada de diversas maneiras, como a passagem da produção industrial a processos e serviços pós-industriais, das mídias analógicas às digitais ou de uma cultura fundada na imprensa a uma sociedade global unificada pela circulação instantânea de dados e informações. Em geral, tais periodizações dependem de paralelos comparativos –

44 análises de períodos históricos anteriores caracterizados

segundo inovações tecnológicas específicas. Assim, a despeito de se dizer que entramos em uma era nova sem precedentes, tal afirmação vem a reboque da insistente comparação com, por exemplo, “a era de Gutenberg” ou “a Revolução Industrial”. Em outras palavras, as descrições dessa ruptura afirmam simultaneamente uma continuidade mais geral de padrões e sequências das inovações e transformações tecnológicas.

Com frequência se diz que estamos em meio a uma fase de transição, na passagem de uma “era” a outra que estaria apenas no começo. Pressupõe-se um momento instável de adaptações sociais e subjetivas que podem se estender por uma ou duas gerações, antes que se firme uma nova era de relativa estabilidade. A representação da contemporaneidade global como nova era tecnológica implica, entre outros, na aparente inevitabilidade histórica que se atribui a mudanças econômicas de larga escala e a microfenômenos da vida cotidiana. A concepção da mudança tecnológica como um processo semiautônomo, impulsionado por um processo de autopoiesis ou de auto-organização, permite que se aceitem como circunstâncias necessárias, inalteráveis – quais fatos da natureza – muitos aspectos da realidade social contemporânea. A inserção, equivocada, dos produtos e ferramentas mais visíveis numa linhagem explicativa que inclui a roda, o arco ogival, o tipo móvel e assim por diante, omite as técnicas mais importantes inventadas nos últimos 150 anos: os diversos sistemas para administração e controle de seres humanos.

A caracterização pseudo-histórica do presente como era digital, supostamente homóloga a uma Idade do Bronze ou era do vapor, perpetua a ilusão de um nexos unificador e duradouro entre os inúmeros e incomensuráveis elementos

45